

Pescas em Portugal: Ultramar - um apontamento histórico

Fisheries in Portugal: Overseas - an historical note

António Martins Mendes

Faculdade de Medicina Veterinária, Avenida da Universidade Técnica, 1300-477 Lisboa

Resumo: A extensa fronteira oceânica e a localização geográfica de Portugal fizeram dos Portugueses grandes consumidores de pescado, mesmo não sendo a costa muito rica em pescado. Em 1939 os reis de Portugal e Inglaterra assinaram um tratado para que os pescadores portugueses pescassem nas costas de Inglaterra, pagando os mesmos direitos que os habitantes locais. Desde a expansão e descobertas que seguiam pescadores no rasto das caravelas os quais se estabeleciam em baías desertas desde que a pesca aí se tornasse rentável.

A colonização das costas de Angola ao sul de Benguela iniciaram-se apenas em meados do Século XIX, em Moçâmedes, Porto Alexandre, Baía dos Tigres, etc.

A vida era difícil uma vez que não existia água doce disponível a sul de Moçâmedes, mas era compensada pela abundância de peixe que era capturado, salgado e seco.

Apesar da má qualidade do produto final os pescadores conseguiam exportar este pescado seco e salgado para algumas colónias africanas mas muitas toneladas de produto foram destruídas em Angola.

Apenas com técnicas primitivas os pescadores conseguiam também preparar óleo e farinha de peixe. A indústria pesqueira foi-se desenvolvendo e transformou-se numa indústria próspera. Os Serviços Veterinários intervinham para garantir a qualidade e a higiene do pescado e produtos derivados. Foram instaladas fábricas de enlatados em Benguela, Luanda e outros portos. Mercados do interior abasteciam-se de peixe refrigerado e congelado que lhes chegava por caminho-de-ferro. Para reforçar a sua actividade, os Serviços Veterinários criaram laboratórios nos portos pesqueiros e um serviço especial de bacteriologia para o controlo de *Salmonella* nas farinhas de peixe.

Como consequência do aumento das actividades pesqueiras e da importância económica da sua indústria foi criado em 1970 o “Instituto das Indústrias da Pesca de Angola”. Em 1973 a soma envolvida nas pescas e indústria pesqueira chegou aos 1.550.804.000\$00.

Em Moçambique, apesar da longa costa marítima de 2.975 km, a situação era completamente diferente. As actividades piscatórias limitavam-se à pesca tradicional praticada na maior parte das vezes junto a estuários, com especial incidência na Baía de Lourenço Marques (actualmente Maputo).

Alguns cientistas Sul-africanos trabalharam em águas Moçambicanas na identificação de espécies de pescado locais e o camarão transformou-se no *ex-libris* local.

Em 1966 um instituto especializado em estudos científicos de pescado foi instalado em Angola e em Moçambique, mas estes aspectos serão referidos em outra nota histórica sobre as actividades dos médicos veterinários portugueses.

Summary: The exceptionally long sea-frontier and the geographic situation of Portugal contributed for the popularity of sea food in Portuguese diet. In 1349 the kings of Portugal and England signed a treaty to permit the Portuguese fisherman to

fish in British coastal waters paying the local taxes only. Since Portugal expansion and discoveries Portuguese fisherman followed and settled at some desert bays where there was notice of profitable fisheries.

The colonisation of the coast of Angola, south of Benguela, started only about the middle of XIX century in Moçâmedes, Porto Alexandre and Baía dos Tigres. Living was very difficult as there was no fresh water available, south of Moçâmedes, but this was compensated by the abundance of fish which were captured, salted and dried. In spite of the bad quality of the product fisherman succeeded in exporting salted/dried fish to some African colonies, but many tons of the products were destroyed in Angola. With primitive techniques they succeeded in preparing fish oil and fish meal. Fishing industries developed and became a prosperous industry. Veterinary Services intervene in order to guaranty the quality and the hygiene of fish and fish products. Canning factories were installed and fisheries were extended to Benguela, Luanda and other harbours. Inter-land markets were supplied with refrigerated or frozen fish, sent by railways. The Veterinary Services reinforced their role and installed regional laboratories in fishing harbours and a special bacteriologic service for “Salmonella” control in fish meal. As a consequence of increasing activities end economic importance of fishing activities a specialized Institute was created in 1970 - the so called “Instituto das Indústrias de Pesca de Angola”. In 1973 the sum of fish and fishing industries reached the total amount of 1,550,804,000\$00 Portuguese Escudos.

In Mozambique, in spite of a long marine frontier of 2,975 km, the situation was completely different. Fishing activities were limited to traditional fishermen who exploited mostly some river estuaries, with special incidence in the Bay of Lourenço Marques (presently Maputo). Some South African scientists acted in Mozambican waters to identify many local fish species, but prawns became the local *ex-libris*.

In 1966 a specialised institutes for scientific studies in seafood researches were created both in Angola and Mozambique but this will be the subject of another historical note in which Portuguese veterinarians continued highly engaged.

Introdução

A situação geográfica de Portugal, no extremo ocidental da Península Ibérica, com uma extensa fronteira oceânica, fez com que a pesca marítima tivesse sempre durante toda a sua existência e até mesmo antes da formação da nacionalidade, uma importância fundamental na alimentação da população.

Durante o período da ocupação da Península pelos romanos a indústria da pesca atingiu mesmo grande perfeição como é atestado por vestígios que até nós chegaram, como por exemplo na península de Tróia. Nesta estação arqueológica os tanques para salga do pescado são de uma perfeição que nos admira pois todos os ombros e encontros das paredes são arredondados para facilitar a limpeza respectiva e evitar a acumulação de restos de matéria orgânica que poderiam prejudicar a qualidade do produto final. Aqui se fabricava o “garum” o famoso molho que se obtinha pela autólise condicionada do pescado e que fazia parte das ementas romanas.

Na Lusitânia ocupada desenvolveu-se também a extracção do sal marinho, de tal modo que passou a constituir indicações toponímicas que até nós chegaram como por exemplo: “Alcácer do Sal” - o Castelo do Sal - situado na área de influência da Península de Tróia, acabada de referir.

Do reinado de D. Dinis existem notícias de terem sido atribuídas licenças para o lançamento de armazéns fixas entre Sines e Setúbal, mostrando que já então haveria uma pesca costeira com alguma expressão, mas também se afirma que por esse tempo já existiria uma pesca do alto e muito provavelmente uma pesca longínqua, pois as águas costeiras sempre foram pouco abundantes em pescado. Isso não nos deve admirar porquanto apesar das medidas que foram tomadas para o fomento da agricultura esta actividade continuou sendo desprezada pelos Nobres que eram os donos das terras e se preocupavam quase exclusivamente com as guerras e saques subsequentes, ou com as viagens de corso que lhes rendiam fartos dividendos. A única espécie animal cuja criação lhes interessava e seria estimulada seria a equina pela necessidade de cavalos e seus mestiços para as suas ocupações dominantes.

Pensa-se que D. Dinis ao mandar plantar o pinhal de Leiria previa o futuro desenvolvimento da frota marítima dos portugueses.

Segundo o comandante Vilela (1923), já em 1349 D. Afonso III fizera um tratado com Eduardo III, segundo o qual os pescadores portugueses podiam exercer a sua faina nos portos da Inglaterra e da Bretanha pagando apenas os impostos que eram devidos aos senhores do país. Por esse tempo era já muito importante a frota naval portuguesa que visitava a Flandres e as costas do Mar Mediterrâneo.

Chega-se ao tempo do Infante D. Henrique, quando, tendo fracassado o seu projecto de conquistar aos mouros as terras do Norte de África, onde eles se encontravam fortemente entrincheirados, perdidas as esperanças de encontrar um rei que o ajudasse na expansão da fé cristã, as suas vistas foram lançadas para mais longe, para as “Terras do Prestes João”, o lendário rei cristão, que vivia em localização incerta, algures no Continente Africano, esperando receber dele o reforço que lhe permitisse a destruição do Islão, substituindo-o pelo cristianismo. Além disso, as notícias que até ele

chegavam informavam-no da existência de fabulosas riquezas no interior da África e mesmo mais além no misterioso e distante Oriente, de onde vinham também as especiarias.

Nesse tempo a geografia africana era ainda muito confusa. Praticava-se uma navegação de cabotagem ao longo da costa até às Ilhas Canárias, mas acreditava-se que a Costa Ocidental Africana terminava no Cabo Bojador. Para além dele existiria um sorvedouro e todo um somatório de situações que destruiria os navios que se aventurassem indo mais além. Falava-se da existência de monstros e de vagas alterosas que engoliriam os navios, de um conjunto de nuvens negras que escureceriam o céu e onde a noite seria perpétua, mas contraditoriamente chegavam também narrativas que confirmavam a existência de povos fabulosamente ricos.

Enfim, para além do Cabo Bojador tudo era desconhecido e misterioso...

D. Henrique influenciado pelos feitos de Fenícios e Cartagineses, pelas notícias dos comerciantes árabes, que por essas terras mal conhecidas se aventuravam e pelos seus próprios estudos, deve ter lutado contra o que devia considerar como crenças e preconceitos injustificados destituídos de quaisquer bases reais que o seu espírito forte, esclarecido e perseverante venceu, decidindo passar à acção.

Mandou então armar uma barca da qual fez capitão o seu escudeiro Gil Eanes, ordenando-lhe que navegasse para além desse Cabo que marcava, segundo se dizia, o limite do mundo até então conhecido e procurasse terras da Guiné. No ano de 1433 Gil Eanes foi, mas vencido pelo terror do desconhecido, não navegou para além das Ilhas Canárias e regressou ao reino.

No ano seguinte voltou o Infante a armar a mesma barca cujo comando entregou novamente a Gil Eanes dizendo-lhe que se não deixasse vencer pelos mareantes de cabotagem que só conheciam a carreira da Flandres – não temais a sua opinião, disse-lhe, e Gil Eanes foi e verificou que nada do que diziam se confirmava.

Desta vez o Infante mandou armar um barinel sob o comando de Afonso Gonçalves Baldaia e Gil Eanes com sua barca, dizendo-lhes que retornassem procurando saber se por lá existiriam pessoas e animais. Desta feita navegaram até cerca de 50 léguas (250 quilómetros) para além desse Cabo e não acharam casas mas rastros de homens e de camelos. A esse lugar deram os marinheiros o nome de “Angra dos Ruivos” pela muita quantidade desses peixes que lá encontraram (Zurara, 1973). Julgo ter sido esta a 1ª referência à existência de abundante pescaria nos lugares agora encontrados.

Logo em 1444 D. Henrique concedeu licença a uma empresa de Lagos para pescar na “Angra dos Ruivos” (Vilela, 1923).

Os descobrimentos prosseguiram, uma vez demonstrada a navegabilidade do mar para além dos limites conhecidos e, ainda em vida do Infante os navegadores chegaram à Serra Leoa. Depois, nos reinados seguintes continuaram avançando sem que jamais encontrassem

o tal reino cristão, verificando que as realidades eram muito diferentes das que anteriormente se descreviam. Em 1484 chegaram à foz do rio Zaire e no ano seguinte, navegando sempre para o Sul procurando a passagem que lhes diziam existir permitindo-lhes chegar à Índia, Diogo Cão atingiu o Cabo Negro, nele colocando um padrão.

Pensa-se que os pescadores e alguns aventureiros seguiriam no rasto dos navegadores, pois as pescas prosperaram de tal modo que, El-Rei D. Manuel, tendo conhecimento de que havia grande abundância de peixe nas imediações do Cabo Ghir e da existência de pescarias mandou que ali se erigisse uma fortaleza em 1518, ordenando que se publicassem o valor dos direitos a cobrar aos navios que pescassem nessas paragens (Vilela, 1923).

Mais tarde na sequência das viagens que a família Corte Real efectuou para Ocidente no fim do século XV e princípio do XVI, atingindo a Terra Nova a Gronelândia, o Canadá, a Península do Lavrador e a América do Norte (Serrão, 1992) João Alvares Fagundes, um explorador português do século XVI, de Viana do Castelo, visitou a Terra Nova e a Flórida, tornando-se dono do banco de bacalhau ali existente (GEPB, s/a), abrindo “um largo campo à indústria de todas as nações, com os portugueses na vanguarda pois nela chegaram a empregar mais de cem caravelas” (Vilela, 1923). A indústria prosperava, quando a perda da independência, durante cerca de 60 anos, acarretou o fim da pesca costeira e longínqua. Os pescadores portugueses foram obrigados a servir nas esquadras espanholas e no País voltou a escassear o pescado para o abastecimento público. A exportação de peixe cessou, seguindo-se um prolongado período de decadência.

Em 1773 e 1776 o Marquês de Pombal tomou medidas para proteger a pesca e as marinas do Algarve. Surgiram depois os alvarás de 1802 e de 1825 que protegiam a pesca do mar alto isentando de direitos o peixe seco e salgado. Em 1830 um Decreto feito pela regência em nome da rainha, na Ilha Terceira, deu grande alento à indústria da pesca incluindo a do bacalhau.

Angola

Recuando um pouco, na sequência da viagem de Diogo Cão em 1485, outros navegadores lhe sucederam como o provam as inscrições encontradas nas rochas de Moçâmedes que por isso receberiam o nome de “Torre do Tombo”.

Entretanto os portugueses haviam-se fixado mais a norte nos reinos de Angola e do Congo, explorando predominantemente a escravatura em concorrência sempre crescente com os navios ingleses, holandeses e franceses. Benguela marcava o ponto mais meridional desse comércio. A aridez das costas que lhe sucediam, a falta de água doce e a resistência tenaz que as tribos do interior opunham assim obrigavam.

No território ocupado a vida era extremamente difícil

pois as doenças tropicais campeavam livremente, com predomínio da malária. Para Angola “terra de febres” apenas se embarcava por obrigação ou por castigo, embora houvesse notícia de que, no Sul o clima seria mais suportável pelos europeus.

De vez em quando organizavam-se caravanas que se internavam pelo sertão comerciando, adquirindo marfim, cera, outros produtos e escravos em troca de mercadorias europeias que agradassem aos naturais. Existiam apenas algumas feitorias comerciais e fortalezas.

As primeiras medidas tomadas para transformar Angola em algo mais do que a simples fornecedora de mão-de-obra escrava para o Brasil devem-se ao Governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (Serrão, 1992), na época do Marquês de Pombal. Sousa Coutinho, que governou de 1764 a 1772 (Lopo, 1964), foi um administrador hábil, progressista e culto que reorganizou a defesa do território, construindo ou reconstruindo fortalezas, coordenando e disciplinando as actividades comerciais e a política governamental, criando novas povoações nos planaltos de Benguela e da Huíla, dignificando a Fazenda Real, reprimindo os abusos e os maus-tratos para com os escravos, regulamentando as jornas a pagar aos autóctones, criando várias indústrias (Serrão, 1992).

Contudo a sua obra perdeu-se parcialmente por falta de continuidade dos seus sucessores. Uma das muitas preocupações de Sousa Coutinho fora a ocupação efectiva das terras mais ao sul, mas foi somente no fim do século XVIII, em 1785, quando já nos governos da Europa começava a tomar forma a ideia de que a “simples descoberta das terras não conferia o direito da sua posse e que esta seria apenas considerada quando nesses territórios existissem feitorias comerciais e fortalezas pertencentes às nações descobridoras, que se tomaram algumas medidas para esse efeito”. Nesse ano, o Governador e capitão-general (Lopo, 1964) D. José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho (Barão de Moçâmedes), mandou que se organizasse uma expedição de reconhecimento da costa a sul de Benguela até à foz do Cunene sob o comando do capitão-mor de Benguela, tenente coronel Pinheiro Furtado, o qual por sua vez ordenou ao sargento-mór Gregório Mendes que fosse por terra. As duas expedições deveriam encontrar-se na até então chamada “Angra do Negro”. Assim sucedeu no dia aprazado, nascendo a ideia de ali ser construído um presídio, tendo Furtado dado o nome de Moçâmedes à antiga “Angra”, em homenagem ao Governador. Porém o projecto de Furtado não teve consequências (Vilela, 1923).

Depois de uma série de Governações algo complicadas, com revoltas militares à mistura, foi apenas em 1839 que o Governador Geral almirante António Manuel de Noronha ordenou que o capitão-tenente Pedro Alexandrino, comandando a corveta “Isabel Maria” explorasse a costa a sul de Benguela, até à foz do rio Cunene. Simultaneamente saiu pelo sertão o tenente de artilharia José Francisco Garcia, partindo de Quilen-

gues e seguindo pela Huila e Jau.

Pedro Alexandrino visitou “Porto Pinda” e “Baía dos Tigres” encontrando-se em Moçâmedes na data aprazada com o tenente Garcia. Com ele vai iniciar-se a colonização da “Angra” (Vilela, 1923) agora chamada Moçâmedes.

Nos tempos modernos foi Pedro Alexandrino quem no seu relatório referiu a riqueza piscícola de todo o mar que banha esta parte da costa de Angola e principalmente o de Moçâmedes, porque o peixe aqui capturado fora o sustento principal da guarnição do navio, quando os mantimentos frescos já escasseavam e admirava-se porque os habitantes da área o recusavam, enquanto os de Porto Pinda o comiam com avidez.

Em Julho de 1840 foi finalmente construído um forte na Ponta Negra, em Moçâmedes, formando-se o núcleo de uma povoação na qual logo se instalaram 6 colonos, em três feitorias (Serrão, 1992b). A eles outros comerciantes idos de Benguela se juntaram. Fora lançado o começo do povoamento na... “segura e abrigada baía, com bons fundos, água doce e abundantíssimo peixe que, nas cartas inglesas era referida como “Little Fish Bay” (Vilela, 1923).

Em 1843 o algarvio Fernando Cardoso Guimarães com mais alguns companheiros aqui montaram uma pescaria que marcou o início da pesca metropolitana nesta área. Em 1844 a Rainha D. Maria II mandou 11 mil anzóis para Moçâmedes “por lhe constar que era uma praia de muito peixe e que ali havia algarvios pescadores (BOA, 1918).

Em 1845, na fortaleza existiam 30 praças e mais de 70 pessoas que viviam de feitorias predominantemente comerciais com excepção da pertencente ao algarvio referido.

Mas o grande impulso para o desenvolvimento da povoação viria a ser dado pelos colonos portugueses que na sequência da independência do Brasil foram vítimas de perseguições pelos brasileiros, em Pernambuco no ano de 1847, por não abdicarem da sua nacionalidade de nascimento. Por esse tempo vivia nessa cidade como professor do Colégio Pernambucano o Dr. Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro (Alves, 1970) que para ela emigrara na sequência das lutas entre liberais e absolutistas. O agravamento da situação levou-o a escrever ao governo português expondo os riscos existentes e pedindo que esse grupo de cidadãos portugueses fosse evacuado para uma das colónias portuguesas na África ou na Ásia. Depois conseguiu mentalizar os compatriotas residentes na cidade e arredores, convencendo-os dessa necessidade e vantagens. Os preparativos foram algo demorados e precedidos pela destruição de residências e de outros bens que não pudessem ser embarcados, até que a 23 de Maio de 1849 um primeiro grupo de 180 colonos (homens, mulheres e crianças) deixou o Brasil a bordo da barca brasileira “Tentativa Feliz”, comboiada por um vaso de guerra da Marinha Portuguesa em direcção a Angola. Consta que a viagem foi algo tormentosa mas, 74 dias

depois atingiam a baía de Moçâmedes. Foram alojados em barracões de pau a pique, em condições muito difíceis, dando início à primeira experiência de colonização dirigida, em Angola. Em Outubro do ano seguinte desembarcou um novo grupo de colonos. Não existem certezas sobre o número total de pessoas desembarcadas mas talvez não atingisse as três dezenas. Eram fundamentalmente agricultores e à agricultura dedicavam quase toda a sua atenção, mas deviam retirar do mar uma boa parte do seu sustento.

Segundo o comandante Vilela (1923), “... um acaso feliz iria mudar a difícil situação em que os colonos se encontravam”. Acontecia que os navios baleeiros, quase todos americanos, que operavam no Atlântico Sul entre Angola e a Ilha de Sta. Helena, visitavam com frequência a Baía dos Tigres, onde também pescavam e chegando a Moçâmedes, ao verificarem que podiam adquirir alimentos frescos, passaram a negociar os produtos agrícolas e também marfim e gado bovino que vinham do sertão (Vilela, 1923).

Os colonos agricultores, vindos do Brasil introduziram a cultura da cana sacarina e a fabricação da aguardente que já conheciam, da qual retiravam fartos rendimentos e que viria a causar problemas sociais gravíssimos alguns anos mais tarde, mas não deixavam de voltar suas atenções também para as pescas.

Em 1858 metade da população de Moçâmedes era constituída por pescadores que secavam peixe nos grandes quintais que cercavam suas moradias e também extraíam óleo dos fígados do tubarão. Entre 1849 e 1856 foram criadas 22 pescarias.

Depois, segundo Medeiros (Medeiros, 1986) em 1860 deu-se um afluxo acidental de alguns pescadores de Olhão, gerando-se a partir de então uma corrente migratória de pescadores algarvios. Iniciava-se assim a colonização da costa de Angola a sul de Benguela.

Em 1861 surgiram pescarias em Porto Alexandre e poucos anos depois na Baía dos Tigres, da qual o governador do distrito que nesse ano fizera um reconhecimento dessas costas escrevia que: “...a baía é muito abundante de peixe, sobretudo de baleias... se se estabelecessem feitorias de pesca estou certo que os lucros seriam avultados...”.

Data dessa época a montagem de feitorias de pesca na Lucira, Baba, Baía das Popas, Praia Amélia que se juntaram às primeiras pescarias de Porto Alexandre.

Por esse tempo toda a mão-de-obra era constituída por escravos. A abolição da escravatura levou à sua substituição por colonos algarvios que, entretanto haviam desembarcado.

Em 1862 surgiu a 1ª pescaria na baía dos Tigres. Usavam-se redes que, fundamentalmente, apanhavam peixe miúdo para isco. O peixe graúdo para consumo era pescado à linha, fora da Baía.

Depois que o Governo de Lisboa fez ir da Madeira uma colónia de madeirenses para agricultarem o planalto da Huila, começaram a surgir em Moçâmedes pescadores madeirenses que aqui se fixaram na sua

maior parte, mas outros foram para o Baba e Porto Alexandre.

Segundo o comandante Vilela (Vilela, 1923) a feitoria de José Manuel Correia, na Lucira, empregava 52 escravos em 1856, exportando nesse ano 145 pipas de óleo de peixe, subindo a 206 pipas de óleo em todo o distrito e 12 600 motêtes de peixe seco (motête era um atado de dez peixes).

Em 1896 o Comissário Régio Brito Capello (o grande explorador das terras africanas, na companhia de Roberto Ivens) resolveu visitar Porto Alexandre e Baía dos Tigres considerando o que lhe diziam sobre o desenvolvimento da indústria piscatória. No seu relatório (Capello, 1886) refere-se à boa situação desses dois portos, bem abrigados, com bons e seguros fundeadouros, faltando-lhes contudo água potável. A pouca quantidade que se recolhia em cacimbas escavadas no imenso areal era salobra e de péssima qualidade. O difícil abastecimento de água potável era feito em pipas a partir de Moçâmedes ou do rio Curoca, perto de Porto Alexandre.

Na data da sua visita à “Baía dos Tigres” já ali existiam 13 pescarias, com 33 embarcações e 253 serviçais. A maior parte dos proprietários vivia em Porto Alexandre ou em Moçâmedes deixando para os serviçais os trabalhos da pesca, da salga e da seca do peixe. Existiam algumas casas de pau a pique e um infecto barracão para armazenagem do pescado (Capello, 1886). Dispunham de 11 embarcações que descarregavam o peixe seco em Moçâmedes. O peso do peixe exportado, de Julho de 1895 a Setembro de 1896, rondava os 1.133 quilogramas, no valor total de 68 000\$00 réis. Existia já uma autoridade marítima constituída por um oficial, um sargento e 10 soldados. Para obviar à falta de água potável foi-lhes fornecido um destilador. O oficial estava pessimamente alojado mas já existiam os materiais para a montagem de uma boa casa. A ocupação efectiva desta parte da costa angolana era demonstrada não somente pelo desenvolvimento da pesca mas também pela presença da referida autoridade e da visita amiudada de um vaso de guerra (Capello, 1886).

“Porto Alexandre” era mais antiga, mais desenvolvida e a água que se obtinha nas cacimbas era menos salobra e de melhor qualidade. A sua população fora formada a partir de pescadores algarvios, alguns dos quais conseguiram amealhar algumas pequenas fortunas e regressarem ao reino ou estabelecerem-se em Moçâmedes. Existiam 65 pescarias e 56 proprietários. Empregavam embarcações de 1 e de duas toneladas e 7 cahiques ou chalupas para transporte do peixe. Em 1895 produziram –se 900.000 quilogramas de peixe, portanto menos quantidade do que na Baía dos Tigres. A urbanização da povoação era caótica, resultado lógico da forma como se iniciara, fora das vistas de qualquer autoridade, ao sabor das vontades de quem chegava e da movimentação constante das dunas de areia pelos ventos. No entanto parecia que as coisas estariam em mudança pois existiam já duas boas casas: uma da

Companhia de Moçâmedes e a outra do governo para residência do chefe do concelho. Num barracão construído em ferro e madeira haveria uma enfermaria e uma farmácia. Para uma outra casa estava projectada uma escola, uma capela e a residência do pároco (Capello, 1886).

À margem do optimismo do Comissário régio, diria que o desenvolvimento de Porto Alexandre – povoação encravada entre o deserto e o mar, sem quaisquer terrenos agricultáveis - foi mais lento do que o previsto pois somente em meados de 1963 é que lhe concederam o direito a usar “armas e bandeira”, ocasião em que também foi reconhecida oficialmente a contribuição que para a riqueza da região trouxera a sua actividade piscatória (BOA, 1963). Contudo, foram necessários mais quatro anos para que a vila fosse elevada a cidade (BOA, 1967).

Depois o Comissário Régio alonga-se em considerações sobre a ambição de alguns quererem ganhar muito dinheiro gastando o mínimo e por essa razão o peixe salgado/ seco, que não tinha rival, passou a sofrer a concorrência do que provinha de Cabo Verde, de melhor qualidade. O que se preparava em Angola era muito mau, cheio de areia e mal cheiroso por não se lhe “aplicar sal de boa qualidade mas apenas um composto de nitro e salitre que os pescadores encontravam a uma ou duas horas de caminho e é prejudicial à sua conservação” (Capello, 1886).

O peixe de Cabo Verde desvalorizava o de Angola, baixando-lhe o preço de 1\$200 para \$700 réis. Estava já projectada a construção de salinas para o Cabo Negro, mas o comandante Capello não deixava de acentuar que seria difícil a recuperação do prestígio primitivo e terminava afirmando o interesse do Estado em que esta indústria da pesca florescesse, não recusando os melhoramentos locais que lhe foram pedidos.

Como consequência dessa visita veio a ser aprovado, com as assinaturas do Rei e do Ministro dos Negócios da Marinha e do Ultramar e publicado em Lisboa (como era praxe nesse tempo) do primeiro “Regulamento para a pesca e a salga de peixe no litoral do distrito de Moçâmedes na Província de Angola” (Decreto de 22/06/1898). Valerá a pena analisa-lo rapidamente. Trata-se de documento pensado e desenvolvido na Metrópole, decalcado do que já ali existia. Considerando os conhecimentos da época ele representou apesar de tudo, um importante contributo para a disciplina da actividade piscatória e a defesa da qualidade do pescado. A preocupação principal desenvolvia-se à volta das embarcações, suas características, licenciamento, registo, segurança, artes autorizadas. Apenas os últimos 15 artigos num total de 45 eram dedicados à venda, conservação e comercialização, tais como: “Art. 30º - O peixe que não seja vendido em fresco terá que ser preparado nas melhores condições” e “Art. 31º - Depois de bem escalado e lavado, o peixe será logo salgado em tinas apropriadas e construídas por forma que, em resultado das operações nellas praticadas não venha dano para a

saúde pública.” e ainda o “Art. 33º - É expressamente proibido exportar ou vender na localidade, peixe seco com cabeça quando esse peixe, pargo, choupa, corvina, pungo... tenha dimensões iguais ou superiores às da choupa.” e finalmente “Art. 37º - O peixe pode ser escalado em qualquer ponto da praia, devendo porém ser removido para as salgadeiras antes que exale mau cheiro”.

Com o decurso dos anos este regulamento que não era certamente perfeito foi sofrendo algumas modificações, mas teve pelo menos o mérito de coordenar uma actividade que se encontrava na mais completa anarquia.

Actuação dos Serviços Veterinários

Como escrevemos em trabalhos anteriores os Serviços Veterinários de Angola foram criados em 1921, pelo Alto-Comissário General Norton de Matos. Na sua área de actuação tudo, ou quase tudo, estava por fazer e foi dada prioridade aos problemas da Saúde e do Melhoramento Animal. Depois, sendo também por esse tempo, da competência exclusiva dos médicos-veterinários o exame sanitário dos alimentos de origem animal destinados ao consumo humano a eles competiria o exame e a avaliação do pescado fresco ou conservado, sob qualquer forma.

Aconteceu que o primeiro médico veterinário que foi mandado exercer as funções de Delegado de Sanidade Animal em Moçamedes foi o colega Carlos Baptista Carneiro o mesmo que em 1925, andando pelo Cuanhama encontrou o capitão médico veterinário António Lebre e juntos tomaram conhecimento da gravíssima epizootia de carbúnculo sintomático, vinda do então Sudoeste Africano (actual Namíbia), que estava causando enorme mortalidade entre os bovinos dos criadores angolanos. Tomaram então a iniciativa para que fosse criada a “Missão Veterinária da Huíla” (Mendes, 2001) a qual trouxe para os Serviços emergentes, fama e prestígio que perduraram nos tempos.

Carlos Carneiro tinha uma pena brilhante que faz dos seus escritos uma leitura aliciante. A sua colocação em Moçamedes fê-lo apaixonar-se pelas coisas marítimas, influenciado pelo ambiente que se vivia e também, certamente, pela obra do 1º tenente da marinha e capitão dos portos do distrito de Moçamedes – “A pesca e as industrias derivadas no Distrito de Moçamedes”, publicada em 1923 poucos anos antes da sua chegada, obra fundamental para a história das pescas em Angola e que temos vindo a citar. Neste trabalho que o comandante Vilela subintitula de “Relatório de Inquérito” (Vilela, 1923) surgem as primeiras classificações: de moluscos pelo Prof. Augusto Nobre, da Universidade do Porto e de peixes e crustáceos pelo Dr. Alfredo Ramalho da Estação de Biologia Marítima, de Lisboa.

Dos escritos de Carlos Carneiro a obra mais notável será: “O Mar de Angola” (Carneiro, s/a), mas deixou-nos também uma abundante bibliografia dispersa,

incluindo várias pequenas monografias de divulgação com as quais pretendia contribuir para o aumento dos conhecimentos dos pescadores e industriais, o esclarecimento e a propaganda dos produtos da pesca, editados pelos “Serviços Veterinários”, pela “Junta de Defesa da Produção e do Comércio de Angola” e outras Entidades.

Estava-se em 1931, quando foi publicado o seu primeiro relatório de serviço (Carneiro, 1931). Nesse trabalho começa por evocar o ano de 1921, quando no Brasil uma lei idêntica à que dera origem à primeira colonização de Moçamedes voltou a ser publicada.

exigindo que os pescadores portugueses, que exerciam a sua actividade nas águas do Brasil adoptassem a nacionalidade brasileira. Carlos Carneiro escreve que: “Em massa repudiam tal violência e regressam ao seu país”. Essa lei acabou por ser revogada e o Brasil voltou a permitir a entrada de todos os pescadores poveiros que em águas brasileiras quisessem pescar. Era então Alto-Comissário em Angola o General Norton de Matos que logo determinou que todos os repatriados que quisessem poderiam organizar-se em colónia piscatória na baía de “Porto Alexandre”. Imediatamente começaram as construções de habitações e de instalações modelares para a preparação do peixe. Os poveiros encontraram bom acolhimento mas a demissão de Norton levou ao abandono da colónia, ainda em implantação e acolhimento. Alguns desses poveiros voltaram para as suas terras de origem ou deslocaram-se para outros pontos de Angola e Carlos Carneiro conclui: “Não fracassou esta tentativa de colonização porque muitos desses poveiros estão trabalhando em Angola, por sua conta ou ao serviço das indústrias de pesca e são, sem receio de confronto, os melhores que no sul se encontram. Ficou também de pé o elegante bairro poveiro que embeleza a mansa baía de Porto Alexandre e que constitui um dos muitos padrões de glórias do governo, formidavelmente grandioso do Excelentíssimo General Norton de Matos”.

O escrito de Carlos Carneiro (1931) é o primeiro que aborda, em português as razões da formidável riqueza ictiológica da costa meridional de Angola sendo resultante das condições especiais que giram em volta da incidência de correntes marítimas e da existência, em farta abundância de “plankton” (phyto e zoo). “...dizem os tratadistas que, da grande corrente fria austral se destaca um ramo que, contornando o extremo sul do continente africano segue ao longo da costa ocidental, para norte, até se chocar nas alturas do Zaire com a corrente quente do Golfo da Guiné”, etc.. Gostaria de continuar a transcrição, mas talvez tenha aberto o desejo da sua continuação a quem ler este apontamento.

Carlos Carneiro preocupa-se com a classificação das espécies capturadas, distribuindo-as por 5 categorias, tomando como base os seus rendimentos edíveis, a metamerização muscular, o tamanho, a gordura. Na 4ª categoria colocava o pescado gordo e na 5ª todos os que, por condições especiais de conformação e estrutura não

coubessem em nenhuma das outras categorias. Dá-nos depois uma curta enumeração das suas identificações taxonómicas, única forma correcta de nomeá-los.

Diz-nos ainda que na “Baía dos Tigres” e na “Lucira” existiam bancos enormes de mexilhão (*Mytilus pectis*) e que as ostras (*Ostrea cocculata*) se encontravam em todas as praias rochosas. Finalmente as amêijoas (de várias espécies) abundavam nos “Tigres” e na restinga de Porto Alexandre.

Acaba esta parte do seu relatório, referindo a pesca dos cetáceos e escrevendo que a sul de Moçâmedes na “Praia Amélia” (e não “Porto Amélia” como já vimos escrito...) existia uma fábrica de preparação de óleos e guanos de baleia, paralisada havia já dois anos e pertencente a uma companhia norueguesa. Quanto às espécies dos mamíferos, mais abundantes nos mares de Angola, seriam: “a baleia preta (*Megaptera longimana*), a azul (*Balaenoptera sibaladi*), a fina (*Physalus antiquorum*), a rithwal (*Balaenoptera guai*), o cachalote ou permacete (*Catodon macrocephalus*) e a toninha (*Delphinus* sp). Mas, na data em que escreve, a pesca da baleia nas costas de Angola estaria já em crise ou mesmo perto do fim. Inclusivamente os armadores da pesca da baleia (maioritariamente noruegueses ou representados por portugueses que eram os seus “testas de ponte”) viam os seus interesses abalados por uma sobre-pesca ou haviam já introduzido navios-fábrica que evitavam as instalações industriais em terra e o pagamento de licenças e/ou impostos ao governo português. Voltaremos a este assunto, mas entretanto diremos que Vilela a ele também se referira rapidamente escrevendo que a intensidade da perseguição às baleias no mar de Angola obrigara-as a procurar outras paragens para só reaparecerem 20 anos depois.

Nos seus relatórios Carlos Carneiro descreveu os vários aparelhos e métodos de pesca que estavam sendo usados, acompanhando-os por um estudo crítico das explorações e das indústrias transformadoras existentes.

Entregues a si próprios, trabalhando num campo em que era fácil conseguir lucros avultados com um mínimo de investimentos, dada a abundância da matéria-prima a explorar, não nos admira que Carlos Carneiro refira a existência de autênticas fabriquetas, sem um mínimo de condições, em concorrência com outras instalações modelares (para a época, naturalmente). O problema foi que elas permaneceram activas durante várias dezenas de anos, prejudicando a qualidade das farinhas de peixe angolanas, afirmamos nós.

Mais de trinta anos tinham decorrido desde a visita do Comissário Régio Hermenegildo Capelo. O problema da qualidade do sal, tão fundamental para a boa conservação do peixe continuava por resolver, como continuava aguardando solução a secagem do pescado salgado, especialmente quanto às espécies gordas. Continuava-se a usar o sistema dos “giraus” mal situados ou desabrigados que facilitavam a conspurcação com as areias levadas pelos ventos. Naturalmente

refere-se à desactualização da legislação aplicável ao sector. Não se tinha em consideração a utilização do peixe salgado/seco na alimentação humana, nem as naturais exigências dos mercados consumidores, nem os centros de concorrência que já existiam. A legislação não se harmonizava com as necessidades da indústria nem com as exigências dos mercados importadores. As autoridades centrais ignoravam que: “O problema de Angola é um problema de exportação”. Carlos Carneiro, optimista, chegava a afirmar: “É inesgotável a fauna marítima da costa” o que infelizmente não era verdade. Seria inesgotável se houvesse uma gestão dos recursos piscatórios, que não havia, nem haveria tão cedo em Portugal ou no Ultramar Português.

Pescavam-se por vezes grandes quantidades de pescado condenadas à destruição, por não existirem meios de conservação adequados, ou mesmo por outros motivos, como ainda acontece nos nossos dias, apesar das limitações das mais variadas ordens que actualmente existem para a conservação dos recursos naturais e da sua exploração racional.

A terminar o seu importante trabalho Carneiro aborda o estado da Indústria de Conservas. Ficamos a saber que a construção da primeira fábrica fora iniciada em Moçâmedes no ano de 1915 e estava destinada aos legumes cultivados nos vales dos rios “Bero” e “Giraul” (as célebres “Hortas de Moçâmedes”), carne de vaca ou de porco e de peixe em salmouras e escabeche ou mesmo algumas semi-conservas de charcutaria. Preparavam também óleos de pescado que, depois de várias análises e melhoramento da técnica de fabrico, tinham colocação fácil nos mercados britânicos. A fábrica obedecia às exigências da época mas a I Grande-Guerra iria causar grandes dificuldades. A chaparia para o fabrico das embalagens, que era importada e litografada em Lisboa, faltou e a fábrica foi obrigada a fechar. A indústria viria a reanimar-se a partir de 1923, preparando conservas de atum, sarrajão, cavala, mermo, principalmente destinadas ao mercado italiano que tudo absorvia, mas exportava-se também para os Congos-Belga e Francês e o Gabão. Os produtos exportados eram de alta qualidade e rivalizavam com os de outras origens por serem mais baratos. Por isso fundaram-se outras conserveiras.

Como sub-produtos do pescado fabricava-se: óleo e farinha de peixe, mas utilizando métodos absolutamente primitivos ou arcaicos.

Então, surgiu em 1931 o Diploma Legislativo nº 283 (BOA, 1963) cuja introdução reconhecia mais uma vez, que a indústria da pesca era um importante valor na economia da Colónia pois em 1930 o valor dos produtos derivados da pesca fora de 122 mil libras. O grosso das exportações era constituído por peixe seco, seguido depois pelo peixe em conserva, óleo de peixe, peixe em salmoura e outros produtos – ovas, peles e guano de peixes; na nota introdutória afirmava-se no documento referido ter havido, contudo, uma sensível desvalorização dos produtos da indústria da pesca que

o legislador atribuía à falta de selecção do pescado, ao descuido na preparação do produto - sobretudo quanto ao peixe seco, às defeituosas e heterogéneas embalagens, ao desconhecimento dos mercados consumidores, à desorganização dos produtores e tudo isso aliado a uma concorrência desordenada.

Como medidas para inverter a situação preconizava-se: a) uma permanente e rigorosa fiscalização sanitária e comercial e b) agremiação da produção, comércio e exportação. Pelo art. 1º do diploma eram criadas "... instituições profissionais sob a forma de sindicatos que abrangem a produção, indústria e comércio de peixe e seus derivados, com a designação de "Sindicatos da Indústria e Comércio de Peixe". O mesmo Diploma criava em Luanda um "Conselho Especial de Consulta e Parecer, formado pelos: Directores dos Serviços Aduaneiros, Pecuários e de Agricultura e Comércio, pelo Chefe da Repartição de Indústria e Minas e pelo Chefe do Departamento Marítimo, onde baixarão todos os processos que respeitem aos Sindicatos de Indústria e Comércio de Peixe e pelo qual transitam os recursos e propostas dos mesmos Sindicatos". O Art.14º estabelecia que - "A fiscalização sanitária do peixe e derivados cabe, como estiver garantido e regulamentado, aos delegados de sanidade pecuária ou entidades que legalmente os substituam. Seguiam-se vários Artigos relativos à fiscalização sanitária e aos valores das taxas de fiscalização que deveriam ser cobradas pelos médicos-veterinários delegados de sanidade pecuária.

Nesse mesmo ano os Serviços Veterinários publicaram um folheto de divulgação do colega Isidoro Martins dos Santos sob o título: "Sumárias instruções para secagem, defumação e congelação de peixes, com indicações sobre a legislação e conservação do mesmo produto" que rapidamente se esgotou (Santos, 1931).

Ao abrigo do Diploma Legislativo referido (BOA, 1931) organizaram-se os Sindicatos de Pesca de Moçâmedes e de Benguela e aprovaram-se os Estatutos respectivos, parecendo que tudo estaria resolvido de acordo com a orientação dada pelo diploma referido. Mas como a sindicalização não era obrigatória formou-se um grupo "auto-intitulado dissidente", com algum poder económico, que procurou por todos os meios destruir os efeitos que se tinham em vista. Geraram-se assim dois grupos de industriais/ exportadores que se guerreavam entre si (Sequeira, 1937) criando situações muito complicadas, com acumulação de dívidas, acções em tribunais, etc. e o Conselho Especial de Consulta e Parecer, que o Diploma previa, transformou-se num tribunal de pequenos delitos, originando-se uma situação absolutamente insustentável com exportações arbitrarias, sem qualquer espécie de controlo. O desacordo entre o governo e o grupo dissidente acentuou-se até que os Sindicatos foram dissolvidos criando-se a Federação dos Sindicatos de Pesca. Então numa manobra de envolvimento económico os industriais/exportadores tomaram o controlo dos sindicatos e continuaram a exportar para o Congo. Foi quando o Governo Geral

resolveu actuar decisivamente demitindo a direcção do Sindicato e nomeando em seu lugar uma Comissão Administrativa, presidida pelo Dr. Carlos Carneiro, que encontrou situações económicas gravíssimas que foram sendo pouco a pouco resolvidas por arranjos directos entre a Comissão e os devedores e credores do Sindicato, conseguindo-se normalizar a situação económica existente e beneficiar a grande massa dos pescadores e dos associados dos Sindicatos (Sequeira, 1937).

A partir desse momento entrou-se naquilo que se poderia considerar normalidade quanto à qualidade do pescado salgado/seco e do aumento sempre crescente da produção do produto refrigerado e congelado.

A exportação do pescado refrigerado em caixas com gelo fundente iniciou-se para o Congo Belga logo que foi estabelecida a ligação com o litoral pelo caminho-de-ferro de Benguela. Dessa ligação beneficiavam também as povoações que surgiram e desenvolveram ao longo de todo o seu trajecto por terras angolanas. A respectiva companhia construiu mesmo um transporte especial, pomposamente chamado de "vagão frigorífico", que não era mais do que uma construção mais ou menos isolada em que o abaixamento da temperatura se conseguia pela armazenagem de barras de gelo. Recordo-me que quando cheguei a Nova Lisboa, em Junho de 1948, que se recebia "peixe fresco refrigerado" duas vezes por semana transportado por esses tais vagões. Somente mais tarde já em meados da década de 50 surgiu na cidade o peixe congelado, recebido pela que foi a primeira peixaria equipada com câmaras apropriadas para a recepção e conservação de pescado congelado, com os benefícios óbvios para os consumidores.

Farinha de peixe

Como surgiu e se desenvolveu a indústria da pesca em Angola já o descrevemos. Além disso existia uma longa tradição de pescas e de pescadores em Portugal, mas como teria surgido a produção da farinha de peixe?

Mais uma vez vou referir Carlos Carneiro pois é ele que no seu livro "O Mar de Angola" (Carneiro, 1949) escreveu, sob o título: "E assim nasceu, em Angola, a indústria de farinhas de peixe". Vejamos portanto: "Em 1929 a indústria de pesca no sul de Angola atravessava a pior das crises. A produção de peixe seco era enormemente superior ao consumo". O preço aviltava-se... "abandonavam-se na praia ou lançavam-se ao mar centenas de toneladas de peixe que apodrecia em armazém". Nesse tenebroso período, um alemão, gerente da casa Weermann, Brock & C.^a, em Moçâmedes solicitou-me autorização para exportar, para Hamburgo, peixe seco sem sal e com cabeça, para fins industriais". "Como nada havia legislado sobre o assunto, autorizei a exportação... Mas o fim a que ele se destinava espicou-me a curiosidade".

Solicitei informações ao Departamento Científico e Técnico de Pescas Marítimas de França e recebi vagas

notícias sobre a utilização desses peixes na alimentação de animais, depois de beneficiados e farinados.

Por essa época uma comissão de médicos veterinários elaborava o Regulamento Geral de Sanidade Pecuária e Industria Animal em Luanda e solicitava-me elementos para estabelecer doutrina sobre a fiscalização sanitária do peixe e seus sub-produtos. Assim aparece publicado e mantém-se em vigor, o “art. 134º: Fica autorizada a escala de peixe com cabeça e sem sal quando destinada a fins industriais” (Carneiro, 1949).

Entretanto, com a preciosa colaboração do meu saudoso amigo Dr. Torres Garcia faço os primeiros ensaios de transformação do peixe em farinha. Sem maquinaria própria e sem ciência certa as primeiras amostras enviadas para a Alemanha não agradaram, como tanto era de desejar. Mas as indicações que de lá vieram permitiram produzir-se melhor e, em pouco tempo, o mercado germânico estava aberto a toda a farinha de peixe que Angola fabricasse. E assim se começaram a construir as primeiras instalações fabris e se adquiriram as primeiras fábricas para a transformação de peixe em farinha e óleo. Hoje, a costa de Angola tem ao serviço desta riquíssima indústria, 4 grandes fábricas e cerca de 60 fabriquetas que estão laborando, anualmente, largas centenas de toneladas de farinha de peixe...”(Carneiro, 1949).

A Carlos Carneiro sucedeu outro colega Dr. João Elias, a partir de 1938, provavelmente com ele estagiando e aprendendo, pois iria depois permanecer à frente dessa Delegação durante mais de 20 anos de inteira dedicação aos assuntos relacionados com o pescado: acompanhando, corrigindo, incentivando a indústria da Pesca e as dela derivadas, como nos dá nota em excelente trabalho que intitula: “Tese...etc.”(Elias, 1955). Uma vez remodelados e saneadas as dificuldades económicas é ele quem afirma nesta mesma citação: “A indústria, disciplinada pelo Sindicato, caminha firme até que o Governador-Geral José Agapito da Silva Carvalho criou os grémios dos industriais da pesca e seus derivados, pelo Diploma Legislativo nº 6 697 e respectiva Federação em Luanda. O grémio dispunha de armazéns privativos para peixe seco em Porto Alexandre e em Moçâmedes que recebiam diariamente esse produto – submetendo-o à Inspecção Sanitária do Delegado de Sanidade Pecuária e seus agentes e dispondo de um bem apetrechado Laboratório Regional dos Serviços Veterinários e da Indústria Animal. Mas outros trabalhos do colega Elias merecem citação e estão publicados nos Anais dos Serviços de Veterinária e Industria Animal de Angola (Carneiro, 1943; Carneiro, s/a, Carneiro, 1955b).

Outro grande centro piscatório de Angola era Benguela, onde chefiava a respectiva Delegação de Sanidade Pecuária um colega que também teve acção meritória, na matéria de que estamos tratando, pelo menos desde 1946, o meu condiscípulo Saraiva da Costa que em 1955 escrevia: “A inspecção sanitária do peixe seco propõe-se entre outras finalidades reconhecer o produ-

to, diagnosticar se é alimentar (rejeitando os produtos tóxicos pela sua natureza), verificar se tem composição normal, identificar as alterações. Determinar a origem dessas alterações, conhecer a sua intensidade e gravidade e por último se o produto corresponde no seu aspecto à melhor apresentação comercial” e continua escrevendo que a tarefa não é fácil e exige antes de mais uma grande prática (Costa, 1955). Depois procurou referir as alterações mais facilmente diagnosticáveis no peixe seco, caracteriza-las o melhor possível, tornando a inspecção possível a pessoas não especializadas (Costa, 1955). Saraiva da Costa viria depois a desempenhar funções de grande responsabilidade no sector das pescas a que se vinha dedicando desde a sua vinda para Angola, como médico-veterinário do quadro comum do Ultramar, como veremos depois.

Primeiros estudos de “Bioceanologia das Pescas” em Angola

Em 21 de Maio de 1951, o jornal diário que se publicava em Luanda, noticiava a chegada do navio oceanográfico “Baldaque da Silva” trazendo a bordo a “Missão de Estudos de Pesca de Angola” que fora criada pela Portaria Ministerial Nº 12611 e remodelada por diploma de 16 de Março de 1951. Dependia cientificamente da Junta de Investigações Coloniais do Ministério do Ultramar. Composta por um numeroso grupo de cientistas e de práticos ligados às artes de pesca, sob a direcção técnica do Dr. Wilhelm Veiman, tinha um ambicioso programa de Bioceanologia das Pescas do maior interesse para o futuro desse importante sector. A duração prevista era de dois anos (Vilhena, 1951). A notícia era transcrita e comentada, em Moçambique, pelo colega Cardoso Vilhena, que insistentemente vinha exigindo que idênticos trabalhos fossem realizados em Moçambique. Na bibliografia consultada não encontramos referências aos resultados desta Missão.

Farinhas de peixe - o problema das *Salmonella*

Em 1936, surgiu um pequeno folheto assinado pelo Dr. Carlos Carneiro, para vulgarização de conhecimentos aos que “... há bem pouco tempo fizeram desviar as suas energias e o seu capital para a novel indústria de farinhas de peixe...” Entendia Carneiro que, no momento de crise que Angola atravessava, essa era uma das suas mais positivas riquezas e confessava-se autodidacta no assunto. O folheto em questão abre com a afirmação “...A imperiosa necessidade de dar aproveitamento às espécies piscícolas que, em fantástica quantidade abundam na mancha atlântica que banha Angola e que as artes de pesca aprisionam, conduziu a gente que a essa empresa se dedica à instalação de fábricas de farinha de peixe. Não se conhecia a técnica... e ainda

hoje muito mal se conhece; as instalações são deficientes e os ensinamentos escassos e imperfeitos”.

“Fabrica-se em Angola farinha de peixe porque há que aproveitar o peixe em excesso e porque a Alemanha a adquire toda. Pouco mais se sabe”... “É rara a literatura e a pouca que existe não é acessível ao industrial, porque é escrita em linguagem para ele desconhecida”.

Essa orientação para o aproveitamento das grandes reservas de peixe que existiam no mar de Angola viria a permitir grandes lucros - “Em dez anos a farinha de peixe entregou a Angola 1 671 706 contos em cambiais e divisas” (Tropa *et al.*, 1961) mas iria também originar novos problemas económicos e sanitários.

A farinha de peixe produzida destinava-se quase que exclusivamente à alimentação animal e iriam levantar-se questões relacionadas com a sua qualidade higiénica. Aliás, já em 1934, o Prof. João Viegas Paula Nogueira publicava na revista “Gazeta das Aldeias” nº 1792, de 4.02.1934, um interessante artigo “A farinha de peixe na alimentação do gado”.

Penso que foi o Delegado da Dinamarca que, na reunião anual do Office International des Epizooties (OIE) de 1952, levantou a questão resultante da introdução de farinhas de carne, de ossos e de sangue importadas dos trópicos que constituiriam um risco potencial de introdução de novas epizootias por serem insuficientemente esterilizadas. Desta intervenção resultou a recomendação do OIE “...considerando o perigo de introdução de farinhas de carne, de ossos e de sangue insuficientemente esterilizadas na Europa, recomenda-se que todos os países regulamentem e controlem a esterilização de todas as farinhas de origem animal”.

O problema encontra-se amplamente e objectivamente analisado no trabalho de Tropa e colaboradores (1961). Na sequência dos acontecimentos o Prof. Tropa que tinha também isolado por três vezes salmonelas em milho importado dos trópicos (e que embora não esteja citado, penso ter sido de Angola...) propôs que o Laboratório Central de Patologia Veterinária dos Serviços Veterinários de Angola procedesse ao estudo sistemático do peixe seco e outros produtos da pesca, destinados à alimentação do homem ou dos animais, prevenindo, como de facto veio a suceder que o problema fosse objecto de intervenção no OIE e ser conveniente que os Serviços Veterinários Angolanos estivessem preparados para a defesa dos produtos, cuja qualidade lhes competia defender. Nessa mesma ocasião o Prof. Tropa tinha em seu poder os resultados dos exames bacteriológicos de algumas dezenas de amostras de farinhas de peixe angolanas, recebidas em embalagens de vidro. De Angola pediam-lhe a pesquisa de agentes do grupo *Salmonella*. Não foram detectadas *Salmonella* nestas amostras mas todas elas eram individuais, pois cada uma provinha de uma fábrica.

Entretanto os mesmos autores (Tropa *et al.*, 1961) em nova série de análises em farinhas, recebidas de Angola, correspondentes a cerca de uma centena de

amostras, isolou *Salmonella* em vinte delas. Esses resultados foram apresentados em Luanda, na Conferência Interafricana da Nutrição de 1956, insistindo mas uma vez, para que o Laboratório Central de Patologia Veterinária desenvolvesse este importante tema de estudo das salmonelas e de outras enterobacteriaceas, em Angola.

De facto desde o início dos anos cinquenta os Laboratórios Veterinários: Regional de Moçâmedes e Central em Nova Lisboa, vinham já efectuando em regime de rotina o controlo químico e bacteriológico dos produtos da pesca, destinados a exportação ou ao consumo interno, sob a responsabilidade dos colegas José Elias - Delegado de Sanidade Pecuária e José Barradas Correia - Chefe da Secção de Bromatologia, respectivamente. Em 1956 estava aguardando publicação um primeiro trabalho sob o título de “Relatório Prévio” (Correia, 1956). Nesse relatório relativo apenas às fábricas de farinhas de peixe, existentes no distrito de Benguela, Correia começava por dividi-las em dois grupos: a) inteiramente mecanizadas até à moagem (cozedura, prensagem, secagem e moagem) e b) semi-mecanizadas, em que a mecanização se estende até à prensagem – sendo a secagem feita pela distribuição do produto prensado em “eiras de secagem”. Dele respigamos as respectivas conclusões: 1 - Contagem de microrganismos, prejudicada pelo elevado número de bactérias esporoladas; 2 - Índice colibacilar positivo em todas as amostras colhidas nas eiras, com valores de algumas unidades a alguns milhões; 3 - As estirpes do grupo Coli-aerogenes isoladas evidenciam conspurcação dos produtos de onde foram isoladas, por fezes, dejectos de vária ordem e poeiras; 4 - A origem da infecção pelo grupo *Salmonella* pode surgir: a) no peixe na altura da descarga, antes da cozedura enquanto permanece nos silos, mas tendo como vectores, não somente o pessoal encarregado de manipula-lo, mas também as poeiras e as moscas; esta infecção era eliminada nas fábricas que praticavam uma cozedura perfeita – como se provou em todas as amostras de fábricas-tipo; b) nas fábricas que praticavam uma cozedura deficiente a infecção estende-se e multiplica-se durante o transporte do peixe cozido para as eiras, utilizando carros de higiene duvidosa e nas próprias eiras onde o peixe é estendido para secar; c) no transporte do produto seco, nas fábricas não mecanizadas, das eiras para o moinho (carros e pessoal); d) nas fábricas mecanizadas as fontes de infecção foram os serventuários (pois ela desapareceu pela sua substituição), durante a embalagem, pois o ensacamento e o encerramento dos sacos são por eles efectuados; e finalmente e) durante a armazenagem.

As conclusões de Barradas Correia viriam a ser confirmadas mais tarde por Leite Velho (1958) ao fazer repetidos isolamentos de *Salmonella*, de diversos tipos sorológicos, incluindo alguns novos serótipos (informação pessoal) a partir das fezes dos serventes, mesmo nas fábricas com mais elevados índices de mecanização (Correia, 1956). Esta situação iria prolongar-se no

tempo, pois recordo-me de, no ano de 1973 (Outubro), quando na passagem por Luanda ter ido em companhia do colega Teixeira Coelho – ao tempo, Investigador do Instituto das Pescas de Angola - visitar na área do Cacuaco (arredores de Luanda) uma fábrica de farinhas de peixe, completamente mecanizada. Nela o pescado era desembarcado directamente do arrastão atracado à ponte-cais privativa, para tapete-rolante que o conduzia até ao cozedor e seguindo-se as restantes diversas operações sem intervenção humana directa, até ao empilhamento e armazenagem dos sacos (de serapilheira) que era feita por trabalhadores pretos. Surgira *Salmonella* nas farinhas armazenadas, cuja etiologia Teixeira Coelho atribuía à presença de portadores humanos entre os trabalhadores que operavam nos armazéns da fábrica.

A propósito devo referir o trabalho do colega Alexandre Daskalos no curto período em que antes de ser vencido pela doença foi obrigado a abandonar Angola para sempre (Daskalos, 1967). A sua modificação do meio de Kristensen, pela simples adição de Cloreto de Cálcio, tornava-o mais selectivo para a pesquisa de *Salmonella* nas farinhas de peixe impedindo o crescimento invasivo de *Proteus* logo desde a primeira repicagem a partir do meio Kauffmann de enriquecimento.

Relativamente a este assunto não pode deixar-se de citar, mais uma vez a publicação da monografia: “Breve estudo sobre farinhas de peixe portuguesas” da autoria do sempre muito saudoso Prof. Doutor Eugénio Antunes Tropa e seus colaboradores, efectuado no “Laboratório de Tecnologia da Escola Superior de Medicina Veterinária” (Tropa *et al.*, 1961). Estudo que não era assim tão breve...

Do que foi o excepcional desenvolvimento dessa indústria em Angola, o Prof. Tropa dá-nos também o seu testemunho, confessando-se “dominado pela obra levantada por gente analfabeta – pelo menos nesse sector (Tropa *et al.*, 1961) e conclui: “as fábricas de farinha de peixe são hoje idênticas às que se encontram noutras latitudes, mas não são ainda fábricas de farinação de resíduos de outras indústrias – são primeiras na utilização da matéria-prima, mas primárias na sua valorização”.

E é também o mesmo Prof. Tropa quem em 1959 analisa o assunto (Tropa e Gutterres, 1959), quando a indústria atravessava, mais uma vez, uma grave crise, consequência: “1º - Do aproveitamento da maior parte do pescado na produção de farinha e óleos de peixe, com a sua consequente desvalorização em vez de valorizá-lo destinando-o à alimentação das populações tropicais sempre tão deficientes em proteínas de origem animal; 2º - Da defeituosa orgânica corporativa, com entrega da comercialização dos produtos derivados da pesca aos respectivos grémios, originando uma orgânica macrocéfala e dispendiosa, com o abandono da assistência tecnológica aos agremiados que tanto necessitam dela; 3º - Da campanha discriminatória na imprensa alemã contra as farinhas de peixe de Ango-

la, acusando-as de veicularem agentes de toxinfecções microbianas”. Essa campanha provocou uma enorme baixa na cotação do produto beneficiando o mercado importador que, aproveitando os preços baixos aumentou a importação de farinhas angolanas passando de 27 592 toneladas em 1956 para 45 000 toneladas em 1957 e recorda que em 1947 Angola produzira 6 675 toneladas contra 94 149 toneladas em 1957. Já agora acrescenta-se que o valor das farinhas de peixe exportadas por Angola no ano de 1973 atingiu 793. 171. 000\$00. Nesse ano o conjunto de produtos derivados da pesca chegou às 196.359 toneladas no valor total de 1 550 804 mil escudos. Assinale-se que a República Federal da Alemanha encabeçava os maiores importadores de farinhas de peixe de Angola, logo seguido pelo Japão e pela metrópole (BA, 1974).

O Instituto das Industrias de Pesca de Angola

Em 18 de Agosto de 1960, o Decreto nº 43 123 (DG, 1960) diz: tendo presente a importância que as indústrias de pesca têm na economia da província de Angola e a necessidade de se proceder à sua coordenação; considerando a conveniência de que o exercício daquelas actividades em todo o ciclo de extracção e de transformação seja apoiado por uma estrutura económica e financeira que lhe proporcione os meios para melhor enfrentar as flutuações dos mercados externos; etc., etc. Artigo 1º - É criado o Instituto das Industrias de Pesca de Angola. Tinha a sede em Luanda (DG, 1960), junto do governo, mas distante das zonas de produção.

Depois definiam-se os seus objectivos que seriam: orientar e fiscalizar a produção do pescado, a sua transformação e o comércio dos produtos fabricados; coordenar as indústrias de pesca e de transformação afins e, como não podia deixar de ser... desenvolver o espírito corporativo. O mesmo Decreto obrigava à revisão dos estatutos dos grémios e ao saneamento das respectivas situações financeiras, o que veio a suceder pela Portaria nº 14 254, de 12 de Março de 1966, que aprovava os Estatutos dos Grémios dos Industriais de Pesca de Angola (BOA, 1966).

Julgo que o 1º director do Instituto das Pescas foi o Dr. João Benard da Costa Pereira, economista, vogal da comissão administrativa dos Grémios dos Industriais de Pesca (BOA, 1962) junto do Grémio de Benguela, sendo seu director adjunto o Dr. Agílio Leonardo Teixeira de Sousa e Andrade, licenciado em Ciências Matemáticas. Das consultas que fiz sobre estes primeiros tempos de vida do novo Organismo pareceu-me que a sua implantação e desenvolvimento foram lentos, fixando e cobrando receitas próprias, reorganizando as estruturas existentes, desenvolvendo uma intensa fiscalização junto dos industriais e exportadores, saneando enfim, as dificuldades económicas de uma estrutura ultrapassada, caduca, macrocéfala e incapaz de solucio-

nar os problemas do sector. Mais tarde o director que se seguiu, capitão – tenente Luiz Gonzaga Reis recebeu um Serviço liberto de dificuldades económicas, de tal modo que em 1969 as receitas próprias do Instituto das Pescas de Angola atingiam a cifra de 22 571 000\$00 no orçamento geral da Província (BOA, 1969) mas voltamos um pouco atrás. A sua orgânica previa também, talvez num plano secundário, a investigação e o primeiro investigador do Instituto foi o nosso colega Alberto Barreiros Saraiva da Costa -primeiramente como interino e depois ocupando o lugar do quadro (BOA, 1964; BOA, 1965), em comissão ordinária de serviço. Mais tarde, em 1968, um outro colega foi contratado como 2º Assistente – o Dr. Manuel Biker de Castro Pimentel (BOA, 1968). Ainda mais tarde, em 1973 foi contratado também como Investigador o Doutor Manuel Alfredo Teixeira Coelho.

Moçambique

Relativamente às pescas, Moçambique encontrar-se-á, talvez, nos antípodas de Angola. Com uma orla marítima que se estende por 2 795 quilómetros, banhada pelo Oceano Indico, com numerosas baías propiciando abrigos seguros, segundo Armando Rosinha, as águas seriam fartas em pescado (Rosinha, 1968). A verdade, porém é que as pescas marítimas sempre se limitara às embocaduras de alguns rios e em enseadas, mais protegidas contra os “maus humores” de um Oceano pouco pacífico... como o atesta a “História Trágico-Marítima dos Portugueses. É essa a opinião de Freitas (1969): “Até 1965 a pesca em Moçambique era praticada, essencialmente por pescadores tradicionais com fins de subsistência e artesanais, para fornecimento dos mercados locais”. Por outro lado, se exceptuarmos os escritos de alguns oficiais da marinha de guerra, que se preocupavam com o assunto, por força da sua profissão, a literatura moçambicana inerente é quase nula. Do que parece não haver dúvidas é que a riqueza piscícola da costa de Moçambique é muito inferior à de Angola, onde foi “o peixe que veio à procura do Homem”. Não fora assim e também a colonização costeira de Angola, por pescadores metropolitanos, nunca teria existido, pois só muito tardiamente surgiu a intervenção do Estado e mesmo assim para tributar, pesadamente aliás, cada quilograma de peixe salgado/seco exportado.

O que me parece lógico é que os métodos e as técnicas de pesca teriam que ser adaptados a novos fundos rochosos ou coralíferos que se opunham à pesca de arrasto tradicional e as artes fixas eram frequentemente destruídas pelo “mau génio do Índico”. No conjunto seriam necessários maiores investimentos num empreendimento de resultados duvidosos por faltarem os estudos científicos de natureza oceanográfica, como apontavam todos quantos ao problema dedicavam a sua atenção e o Governo sempre recusou mandar efectuar. Foi isso que obrigou os pescadores a exercerem a sua faina no interior dos portos e nas desembocaduras

de alguns rios onde poderiam trabalhar com menores riscos.

A história da pesca em Moçambique está feita no excelente trabalho do nosso colega Armando José Rosinha, que foi Adjunto do Chefe da Missão de Bioceanologia e de Pescas, publicado em 1968 nos Anais dos Serviços de Veterinária e Industria Animal (Rosinha, 1948). O escrito de Rosinha é incontornável e por isso basear-me-ei a incluir, neste apontamento, muitos dos conceitos por ele expressos.

Porém antes disso queria fazer uma breve referência a alguns trabalhos que acidentalmente chegaram ao meu conhecimento, nas minhas periódicas pesquisas bibliográficas na excelente Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, ou que não constam do estudo de Rosinha.

Em primeiro lugar pretendo focar um extenso relatório apresentado pelo Contra-Almirante Ivens Ferraz intitulado: “As pérolas e a sua pesca em Moçambique” (Ferraz, 1903). Antes porém recordemos quem foi o seu autor. Guilherme Ivens Ferraz nasceu em Ponta Delgada, na Ilha de S. Miguel em 1865, numa importante família local com ascendência inglesa. Tendo abraçado a carreira de oficial da marinha de guerra foi para Moçambique ainda como guarda-marinha, no ano de 1883, distinguindo-se imediatamente em várias operações de guerra e no reconhecimento das entradas e balizamento de vários rios, incluindo o reconhecimento dos bancos de madre-pérola do arquipélago do Bazaruto. Comandou a lancha-canhoneira “Sabre” nas campanhas de Lourenço Marques. Foi secretário do Comissário Régio, Conselheiro António Enes. Durante quatro anos foi capitão do porto de Lourenço Marques, nele introduzindo diversos melhoramentos. Mouzinho de Albuquerque nomeou-o Presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques, na qual se distinguiu por ter mandado fazer a drenagem do grande pântano do Alto-Mahé, instalando luz eléctrica na cidade, mandando construir os primeiros frigoríficos. Participou da Comissão de Delimitação de Fronteiras. Pela extensa folha de serviços prestados ao País foi promovido, por distinção, a Contra-Almirante. Possuía as mais altas condecorações nacionais tais como a Grã-Cruz da Ordem Militar de Aviz, Grande Oficial da Ordem do Império Colonial, Oficial da Torre e Espada, etc., além de muitas outras estrangeiras (GEPB, s/a).

No trabalho referido (Ferraz, 1903) Ivens Ferraz principia por dizer como e porque aceitou o convite que lhe foi feito para governador da “Companhia da Pesca das Pérolas de Bazaruto”. Depois historia as pérolas não somente a sua origem, formação, formas e defeitos, mas também a madre-pérola das conchas onde vive a ostra que as gerou. Cita pérolas célebres, pelo seu tamanho, sua forma, seu brilho, etc. Mas aborda o reconhecimento e também a descrição das 7 ilhas que formam o arquipélago, descrevendo a sua história, o contrabando das pérolas, os processos de captura, a descrição do mar que as banha, dos animais terrestres

e aquáticos que as habitam. Segundo Ferraz, “Na costa de Moçambique encontram-se também aljofares e pérolas, nas baías de Conducia, Fernão Veloso e Pemba, no Ibo e em Tungue”. Nos bancos do Bazaruto, em 1893, o valor médio da pesca numa lancha tripulada por 12 homens numa maré baixa, era de 220\$000 réis. “Se em vez de uma lancha tivesse dez botes leves e apropriados, que se deslocassem facilmente, dum ponto para outro das ostras, poderia ter atingido o rendimento bruto de dois contos, sem contar com as pérolas raras”.

Por esse tempo os habitantes do Bazaruto apanhavam as ostras para comerem e quando encontravam pérolas vendiam-nas aos comerciantes estabelecidos em Chiloane que as exportavam, de contrabando para a Índia. As águas do Arquipélago, de uma limpidez extraordinária eram também bastante ricas em peixes.

Já agora recorde-me, que na Ilha da Inhaca, à entrada da baía de Lourenço Marques, e que foi declarada reserva natural, por ser considerada um tesouro natural único no mundo “por estar próxima do limite austral da flora e da fauna características das costas tropicais da África Oriental e de ser, ao mesmo tempo o limite setentrional da fauna e da flora costeiras do Natal e do Sueste de África. A ilha da Inhaca tem os bancos de coral mais meridionais de todo o mundo...” (Macnae e Kalk, 1969). Durante muitos anos essa ilha, com as suas riquezas naturais, foi um grande campo de estudo para os alunos de Biologia e Veterinária da Universidade de Witwatersrand, que nela acampavam até que se construiu uma “Estação de Biologia Marítima” (Macnae e Kalk, 1969), com dormitórios, cozinha, sala de aula, sala de refeições e museu. Pessoalmente tive ainda o privilégio de conhecer o Prof. Macnae – um dos grandes conhecedores da ilha e das suas reservas.

À Inhaca, como reserva natural e à sua Estação de Biologia Marítima, está também ligado o nome de um outro grande Cientista e Professor, Português, Açoreano, natural da Ilha Terceira, que teve o privilégio de conhecer, em Lourenço Marques em cuja Universidade ainda leccionou. Refiro-me naturalmente ao Doutor Aurélio Quintanilha cujo elogio está feito pelo Dr. Leal Armas, no Boletim Histórico da Ilha Terceira (Leal Armas, 2002).

Durante dezenas de anos as principais cidades de Moçambique foram deficitárias em peixe que importavam congelado da África do Sul, possuidora de uma indústria piscatória desenvolvida. Mas nos estuários dos rios e nas baías mais abrigadas pescava-se, abundantemente, camarões da família *Penaidea*, grandes e saborosos, de tal modo, que acabaram sendo uma espécie *ex-libris* de Moçambique.

Na ilha da Inhaca, que tinha a sorte de possuir água doce, construiu-se também um esplêndido acampamento turístico e um pequeno aeroporto para aviões ligeiros. Pois recorde-me de quando por lá me encontrava surgirem garotos que a medo (pois era proibida a captura de quaisquer exemplares da fauna ou da flora

da ilha) pretendiam vender pequenos tubos de vidro, que haviam servido a comprimidos de quinino ou aspirina, com pequenas pérolas ou aljofares.

No entanto, se os camarões eram excelentes, o seu consumo provocava com alguma frequência toxinfecções, com características de gastro-enterites, como já referia em 1947 (Abreu, 1947) o colega Ernesto Abreu, bacteriologista do Laboratório Central de Patologia Veterinária, que decidiu, por essa razão, pesquisar microrganismos do grupo coli-tífico-aerogenes. Recolheu amostras dos camarões à venda no mercado central de “Vasco da Gama”, nas gamboas do Quilómetro 2 – junto à saída dos esgotos da Missão de São José de Lhanguene e nas gamboas da Catembe (em frente da cidade de L. Marques). Em 20 amostras de camarão identificou: *Eberthella typhosa*; *Eberthella* sp., *Salmonella schottmuelleri*, *Escherichia meta-coli*, *Escherichia paracoli*, *Escherichia coli* e principalmente um bacilo, que não conseguira ainda identificar quando apresentou os seus resultados, aos quais chamara “bacilo I” o qual era gram-negativo, pseudo-esporulado (?), móvel, toxinogénico e patogénico para o murganho e a cobaia. Nas amostras recolhidas na Catembe não isolou enterobacterias e nas amostras colhidas no mercado existia “uma flora microbiana riquíssima”, que não especifica.

Em 1955 o conhecido ictiólogo sul-africano, Professor J.L.B. Smith (também citado por Rosinha (1968) e Vilhena (1951), trabalhou em Moçambique, identificando muitas das espécies habitantes das águas moçambicanas, algumas das quais novas para a Ciência e incluindo-as na sua monumental obra: “Sea Fishes of Southern Africa”- publicação bi-lingue, editada em Pretória com a participação de Moçambique, cujo Governador-Geral era então o Comandante Gabriel Teixeira. A propósito recordemos também que o Prof. Smith foi o descobridor do *Coelacanth* – uma espécie que se considerava extinta há mais de 50 milhões de anos, capturado nos mares do arquipélago das Ilhas Comores em 22 de Dezembro de 1938 (Smith, 1968).

O mais antigo documento alusivo às pescas em Moçambique, que se conhece, é a Portaria Provincial de 29 de Agosto de 1902 que criou a “Comissão de Pescarias da Província de Moçambique” (Lacerda, 1911; Rosinha, 1968).

O período que se seguiu, durante mais de 50 anos, foi marcado por uma sucessão de comissões, de recomendações, de pareceres, de relatórios, de consultas, de tentativas de pescas por intuição com os consequentes previsíveis falhanços, falências e lamentações (42 e 49). Nesse enorme intervalo merece-nos destaque, além dos Serviços de Marinha que sempre se preocuparam com o problema procurando solucioná-lo, a série de intervenções do colega José António Cardoso Vilhena que, numa sucessão de trabalhos muito críticos publicados nos Anais dos Serviços Veterinários, descreveu, estudou, discutiu e exigiu que o problema fosse resolvido em bases científicas e com os meios

apropriados. Cardoso Vilhena era uma inteligência brilhante e, colocado como Delegado de Sanidade Pecuária em Vilanculos, uma área de grande valor turístico em que as pescas marítimas pareciam oferecer boas perspectivas de sucesso, conhecedor das deficiências que o abastecimento apresentava, procurou contribuir para a sua solução. Infelizmente um trágico acidente de viação, à entrada da cidade Nampula, iria fazer abortar as suas intenções.

Seriam precisos mais alguns anos até que, finalmente, a Portaria Ministerial Nº 21 916 de 12 de Março de 1966 (BOA, 1966b) extinguiu o Centro de Biologia Piscatória e a Missão de Biologia Marítima e criou em sua substituição, sempre no âmbito da Junta de Investigações do Ultramar, o Centro de Biologia Piscatória Tropical (para a investigação biológica de base) e o Centro de Bioceanologia e de Pescas do Ultramar (para a coordenação das Missões Provinciais de Bioceanologia e Pescas, com a responsabilidade de toda a investigação tecnológica das pescas). A este último encontra-se ligado o nome do nosso prezado colega Vasco Bandeira Valdez.

Assim, com algumas dezenas de anos de atraso, iniciava-se um novo ciclo na História das Pescas no Ultramar, que procuraremos estudar em próximo trabalho.

Agradecimentos

À Sociedade de Geografia de Lisboa, pelas facilidades concedidas na sua esplêndida biblioteca.

Ao colega Cameira Leitão pela sua ajuda na preparação do texto.

Bibliografia

- Abreu, Ernesto F. (1947) – O camarão que se consome em Lourenço Marques. 1º Congresso da Sociedade de Estudos de Moçambique, documentos, vol. III, pág. 1-15.
- Alves, Carlos M.C. (1970) – Bernardino de Figueiredo Abreu e Castro – bosquejo histórico do colonizador de Moçâmedes. Garcia de Orta. vol.18, nº 1-4: 15 –110.
- BA (1974) – Banco de Angola: Relatório e Contas - ano de 1973.
- BOA (1918) – Boletim Oficial e Angola 20/04/918, I série, nº 16, 185.
- BOA (1931) – Diploma Legislativo Nº 283 de 10/12/931. Bol. Of. Ang., I série, 12/12/931, nº 50: 423-425.
- BOA (1962) – Portaria de 15/05/962. Bol. Of. Angola, nº21: 1219.
- BOA (1963) – Diploma Legislativo Nº 6 de 17/09/963. Bol. Of. Ang., I série, 17/09/963, nº37, pág. 1183.
- BOA (1964) – Portaria de 10/01/964. Bol. Of. Angola, II série, nº4: 447.
- BOA (1965) – Portaria de 11/11/965, Bol.Of.Angola, nº47: 3337.
- BOA (1966) – Portaria nº 14 254 de 12/03/966. Bol. Of. Angola, I série, nº 11: 461.
- BOA (1966b) – Portaria nº21 916 de 16/03./66, Bol. Of. Angola, I série, nº13: 507-511.
- BOA (1967) – Diploma Legislativo Nº 3726. Bol. Of. Ang., I série, Nº 19-,3º supl. pág. 1401.
- BOA (1968) – Bol. Of. Angola, II série, 02/04/968, pág. 1143.
- BOA (1969) – Orçamento Instituto das I. das Pescas, Bol.Of. Angola, I série, nº75: 576.
- Capello, Guilherme A. Brito (1886) – Visita a Porto Alexandre e Baía dos Tigres. Diário do Governo de 3.11.1896, nº 249: 29-85.
- Carneiro, Carlos (1931) – A indústria da Pesca no Distrito de Moçâmedes. Anais Serv. de Veter., pág. 19-20.
- Carneiro, Carlos (1949) – O Mar de Angola. 1 vol. Luanda. 240 Pág.
- Correia, José Barradas (1956) – Relatório prévio sobre a origem da infecção por salmonelas nas farinhas de peixe de Benguela. Anais Serv.Vet. Angola, 1955/57, II vol., pág.275-279.
- Costa, Alberto B.S. (1955) – A inspecção do peixe seco. Anais dos Serv. Pec. Angola. 1955/57, II vol., pág. 130-152.
- Daskalos, Alexandre O. (1967) – Méthodes de recherche de salmonelles dans les farines de poissons. Bul. Office Inter. Epiz., 48: 346-349.
- DG (1960) – Decreto nº 43 123 de 18/08/960. Diário do Governo, I série, nº191: 1871-1876.
- Elias, João (s/a) – Relatório da Delegação de Sanidade Pecuária de Moçâmedes. Anais dos Serv. Pec. de Angola, pág. 5-127.
- Elias, João (1943) – Subsídios para a economia das indústrias derivadas da pesca no distrito de Moçâmedes. Anais dos Serv. Pec. de Angola, pág.61-89.
- Elias, João (1955) – Tese para IV Congresso Nacional da Pesca. Anais dos Serv. Pec. de Angola, 1955/57, II vol., pág. 141-165.
- Elias, João (1955b) – Estudo da unidade industrial a deslocar da Torre do Tombo em virtude das obras do porto de Moçâmedes. Anais dos Serv. Pec. de Angola, 1955/57, II vol., pág.227- 275.
- GEPB (s/a) – Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Vol. 10, pág. 833 e Vol 14, pág. 108 /109.
- Ferraz, Guilherme Ivens (1903) – As pérolas e a sua pesca em Moçambique. Bol. Da Sociedade de Geografia, 21ª série, Jan, nº1: 1-20.
- Freitas, António J.O. (1969) Relatório Científico Introdução. Missão de Bioceanologia e Pescas. Lourenço Marques.
- Lacerda, Hugo de (1911) – Memória sobre a questão das Pescarias, 87 pág. Imprensa Nacional de Moçambique.
- Leal Armas, José (2002) – Dois Açoreanos Ilustres (Aurélio Quintanilha e Ildefonso Borges). Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Vol.LX: 281-293.
- Lopo, Júlio C. (1964) – Governadores-gerais e outras entidades de funções governativas da Província de Angola, Luanda, 1 vol., pág.34.
- Macnae, William e Kalk, Margaret (1969) – A natural History of Inhaca Island, Mozambique (2ª ed.), Witwatersrand University Press, Johannesburg, South Africa.
- Medeiros, Isabel (1986) – Contribuição para o estudo da Colonização e pesca no litoral de Angola ao sul de Benguela. Col. Estudos, Ensaios e Documentos. Inst. Inv. Cient. Trop., Lisboa, nº 140.
- Mendes, António Martins (2001) – Notas históricas - A Missão Veterinária da Huila. Episteme, Ano III, nºs 7-8 e 9: 425-436.
- Rosinha, Armando José (1968) – As pescas marítimas - sua actual posição. Anais Serv. Vet. de Moçamb. nº 16 (1970): 335-354.
- Santos, Isidoro M. (1931) – Sumárias instruções para secagem, defumação e congelação de peixe, com indicações sobre a legislação e comércio do mesmo produto. Edição dos Serv. Pecuários, Luanda.
- Sequeira, Frederico B. (1937) – A industria da pesca em Angola. Anais Serv. de Veter. e Pec. de Angola, Luanda.
- Serrão, Joel C.R. (1992) – Dicionário da História de Portugal,

- Livraria Figueirinhas. Vol.II, pág.196-221.
- Serrão, Joel C.R. (1992b) – Dicionário da História de Portugal, Livraria Figueirinhas. Vol.IV, pág.322.
- Smith, J.L.B. (1968) – Coelacanth Story. High Tide. Books of Africa, Cape Town, South Africa, pág. 19-22.
- Tropa, E.A. e Gutterres, J.B. (1959) – Estudo Económico de Farinhas e Óleos de Peixe em Angola. Rev. Med. Vet. Lisb., 54 (368): 7 -14.
- Tropa, E.A., Gutterres, J.B., Madeira, A.C., Galamba, A. e Paço, N. (1961) – Breve Estudo sobre Farinhas de Peixe Portuguesas. Coleção Estudos de Ciências Políticas e Sociais. Centro de Estudos de Ciências Políticas e Sociais, Lisboa. 1 vol. n°48.
- Vilela, José A. (1923) – A pesca e as suas industrias derivadas no distrito de Moçâmedes, 1 vol. O Comércio do Porto, pág. 18-27.
- Vilhena, José A.C. (1951) – Mais alguns elementos para o estudo das pescarias em Moçambique. Anais Serv. Vet. Moçam., 4: 281-310.
- Velho, Emílio F.L. (1958) – Contribuição ao estudo da ecologia das salmonelas nas farinhas de peixe de Angola. Anais Serv. Vet. e da Indust. Animal, vol. 19, pág. 169.
- Zurara, Gomes Enes de (1973) – Crónica de Guiné. Livraria Civilização, Editora, pág. 54-55.

